

Banco GM S.A.

*Demonstrações Financeiras
Consolidadas Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de
dezembro de 2021
em IFRS*

**Banco GM S.A.**

Balanços Patrimoniais Consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	321.922	640.676
Ativos Financeiros para Negociação	6/8	236.205	575.442
Empréstimos e Recebíveis	9	7.926.390	6.936.905
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	459.444	390.695
Outros Ativos	11	1.293.513	1.217.944
Ativo Imobilizado	10	14.731	13.130
Total do Ativo:		10.252.205	9.774.792
PASSIVO			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado			
Depósitos de Instituições Financeiras	12	560.107	457.833
Depósitos de Clientes	13	953.563	1.971.325
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	14	4.456.865	3.134.366
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	15	41.000	39.659
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	874.523	860.404
Outros Passivos	17	405.000	434.493
Total do Passivo:		7.291.058	6.898.080
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido atribuível a controladora			
Capital Social	18.a	2.420.744	2.420.422
Reservas de Lucros	18.b	540.321	456.187
Total do patrimônio líquido da controladora		2.961.065	2.876.609
Participação de Acionistas não Controladores		82	103
Total do Patrimônio Líquido:		2.961.147	2.876.712
Total do Passivo e Patrimônio Líquido:		10.252.205	9.774.792

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receitas de Juros e Similares	3	1.722.407	1.647.837
Despesas de Juros e Similares	3	(698.490)	(500.380)
Resultado Líquido de Juros e Similares		1.023.917	1.147.457
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	9c	(239.066)	(274.726)
Receita (Despesa) Líquida com Ativos Financeiros para Negociação	4	18.771	26.611
Despesas de Pessoal	5	(220.810)	(193.461)
Despesas de Serviços de Terceiros	5	(300.406)	(185.386)
Depreciação de Imobilizado	10	(4.559)	(4.473)
Outras Receitas Operacionais	5	169.115	115.834
Outras Despesas Operacionais	5	(287.526)	(240.205)
Lucro Antes dos Impostos		159.436	391.651
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(74.794)	(145.425)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	68.749	48.640
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.045)	(96.785)
Lucro Líquido do Exercício		153.391	294.866
Atribuível à Controladora		153.387	294.853
Atribuível aos Não Controladores		4	13

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro Líquido do Exercício	153.391	294.866
Resultado Abrangente do Exercício	<u>153.391</u>	<u>294.866</u>
Atribuível a Controladora	153.387	294.853
Atribuível aos Não Controladores	4	13

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva - Outras	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido Atribuível à Controladora	Patrimônio Líquido Atribuível aos Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.420.422	169.554	529.062	-	3.119.038	90	3.119.128
Aumento de Capital	18 a	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	294.853	294.853	13	294.866
Destinações:								
Reservas	18 b	-	16.123	150.488	(166.611)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	18 c	-	-	-	(128.242)	(128.242)	-	(128.242)
Dividendos		-	-	(409.040)	-	(409.040)	-	(409.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.420.422	185.677	270.510	-	2.876.609	103	2.876.712
Aumento de Capital	18 a	322	-	-	-	322	-	322
Lucro líquido do exercício		-	-	-	153.387	153.387	4	153.391
Destinações:								
Reservas	18 b	-	14.000	70.134	(84.134)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	18 c	-	-	-	(69.253)	(69.253)	-	(69.253)
Dividendos		-	-	-	-	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.420.744	199.677	340.644	-	2.961.065	82	2.961.147

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Banco GM S.A.

Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa pelo método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		153.391	294.866
Ajustes ao Lucro:			
Itens que não afetam caixa incluídos no Lucro		685.128	542.609
Depreciação	10	4.559	4.473
Provisão para Perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	9 c	239.066	274.726
Atualizações para Depósito em Garantia	5	(56.762)	(21.010)
Provisão (Reversão) de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16	35.289	23.365
(Lucro) na Alienação de Imobilizado	10	245	(256)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	(68.749)	(48.640)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15	74.794	145.425
Juros Apropriados Captações Interbancário		24.868	2.613
Juros Apropriados Captações Interempresas		71.946	119.078
Juros Apropriados Captações Outros Passivos Custo Amortizados		359.872	42.835
Lucro Líquido Ajustado		838.519	837.475
Variação em Ativos e Passivos Operacionais			
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação		339.237	(120.477)
(Aumento)/Redução em Empréstimos e Recebíveis		(1.228.551)	1.059.423
(Aumento)/Redução em Outros Ativos		(18.807)	74.312
Aumento/(Redução) em Depósitos de Instituições Financeiras		77.406	(430.457)
Aumento/(Redução) em Depósitos de Clientes		(1.089.708)	(759.237)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		962.627	(1.586.755)
Aumento/(Redução) Redução em Outros Passivos		34.717	(85.153)
Aumento/(Redução) em Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		(21.170)	(24.080)
		(944.249)	(1.872.424)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(82.746)	(114.808)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		(188.476)	(1.149.757)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aquisição) de Imobilizado	10	(6.795)	(3.207)
Alienação de Imobilizado	10	390	2.590
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento:		(6.405)	(617)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre Capital Próprio Pagos		(124.170)	(63.635)
Dividendos Pagos		(25)	(409.040)
Aporte de Capital		322	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamentos:		(123.873)	(472.675)
Aumento/(Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(318.754)	(1.623.049)
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	7	640.676	2.263.725
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	7	321.922	640.676
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(318.754)	(1.623.049)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco GM S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco GM S.A. (“Banco”) e empresas controladas (“Grupo GM”) conduzem suas operações principalmente no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. O Banco é uma subsidiária integral da General Motors Investment Participações Ltda. (“Investment”), sociedade que tem fins oriundos de serviços em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

As entidades consideradas na consolidação das Demonstrações Financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil. Sua sede está localizada na Avenida Indianópolis, 3.096, na cidade de São Paulo, Brasil.

As Demonstrações Financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 30 de março de 2023.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2010, data da adoção inicial. A elaboração das Demonstrações Financeiras em IFRS é requerida pela Res. CMN 4.818/2020. O Banco prepara e divulga as Demonstrações Financeiras individuais societárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Adicionalmente, a partir de 31 de dezembro de 2010, o Banco passou a se enquadrar nos requerimentos da Resolução do BACEN que requer para instituições constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comitê de auditoria e que sejam do segmento S3 (porte de atividade entre 0,1% e 1% do PIB), apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Na elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Banco utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.3.

A elaboração foi feita segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mantidos para negociação que foram todos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas pressupondo a continuidade de negócios. Não há conhecimento por parte da Administração de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a

sua capacidade de continuar operando.

As Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas em Reais do Brasil (R\$), que é a moeda funcional de todas as entidades, e todos os valores são arredondados para (R\$) milhares de reais, exceto quando estiver indicado de outro modo.

Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Banco e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pelo Banco ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando o Banco:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou têm direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

O Banco reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando o Banco não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ele terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-lo na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto do Banco em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, o Banco considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação do Banco em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- direitos de voto em potencial detidos pelo Banco, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que o Banco tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando o Banco obtém o controle sobre a controlada e termina quando o Banco perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que o Banco obtém o controle até a data em que o Banco deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários do Banco e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários do Banco e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Banco GM S.A., GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – “BACEN”), GM Corretora de Seguros Ltda. (empresa não financeira), GMF Serviços de Mobilidade Ltda. (empresa não financeira), GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda. (empresa não financeira) e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GMAC – Financiamento a Concessionárias.

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco e das subsidiárias é feita para o mesmo exercício social utilizando-se práticas contábeis consistentes.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (CNC) tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para a aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos recursos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

GM Corretora de Seguros Ltda.

A GM Corretora de Seguros Ltda. (GMACI) foi constituída em 10 de setembro de 2003 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios do Banco GM S.A..

GMF Serviços de Mobilidade Ltda.

A GMF Serviços de Mobilidade Ltda. (GMACPS) foi constituída em 18 de novembro de 1999 e seu objeto social compreende a administração de bens próprios e de terceiros; prestação de serviços em geral e de qualquer natureza, especialmente com relação à administração de bens móveis.

A partir de 01 de dezembro de 2015, os colaboradores registrados na GMAC Prestadora de Serviços de Mão de Obra Ltda., prestadora de serviços do grupo Chevrolet Serviços Financeiros, foram transferidos para o Banco GM S.A., cessando a prestação de serviços de terceiros desta natureza, entre empresas. Tais despesas foram integralmente assumidas pelo Banco a partir desta data e passaram a ser reconhecidas como “Despesas de Pessoal”:

GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda.

A GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda (GMCSC) foi constituída em 05 de outubro de 2022 e tem como objetivo social principal a prática de intermediação de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão inseridas no contexto dos negócios da GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Banco GM – Financiamento a Concessionárias

O FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) Banco GM – Financiamento a Concessionárias é uma comunhão de recursos que tem por principal objetivo a aquisição de direitos creditórios elegíveis originados por meio das operações de financiamento às concessionárias de veículos do Banco. Ele foi criado para proporcionar aos seus Cotistas, no momento da amortização de suas respectivas Cotas, a valorização dos recursos aplicados inicialmente no Fundo, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição final dos Direitos Creditórios Elegíveis Aprovados

detidos pelo Cedente, por meio do Contrato de Cessão, observada a Política de Investimento.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado, que deverá corresponder (i) a 50 (cinquenta) anos, contados a partir da primeira data de emissão ou (ii) à data em que a última série de cotas seniores for integralmente resgatada nos termos do Regulamento, o que ocorrer primeiro, ressalvadas as hipóteses de ocorrência de quaisquer dos eventos de liquidação antecipada do fundo.

Somente poderão subscrever e/ou adquirir cotas seniores e/ou cotas mezanino do fundo, investidores qualificados, observada a responsabilidade dos intermediários, no caso de aquisição em mercado secundário, de assegurar que (i) somente tais investidores poderão adquirir cotas do fundo e (ii) tais investidores sejam requeridos a assinar o termo de adesão ao regulamento, nos termos do Anexo I do regulamento.

O Fundo é disciplinado pela Resolução nº 2.907, emitida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN em 29 de novembro de 2001, pela Instrução nº 489, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 11 de janeiro de 2011, alterações posteriores, pelo seu Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A consolidação do Fundo é justificada pelo fato do Banco ser detentor da totalidade das cotas subordinadas e mezanino do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

O quadro abaixo demonstra o tipo de controle, percentual de participação, total do Patrimônio Líquido e resultado do exercício das entidades consolidadas:

	Tipo de Controle	% de participação	Lucro (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	Controlada	99,99%	99.906	728.497
GM Corretora de Seguros Ltda.	Controlada	99,99%	50.606	30.221
GMF Serviços de Mobilidade Ltda.	Controlada		1.111	45.601
GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda.	Controlada		6.055	6.377
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Banco GMAC - Financiamento a Concessionárias	Sociedade de Propósito Específico		39.503	406.306
	Total		197.181	1.217.002

2.2. Usos de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas Demonstrações Financeiras consolidadas. Encontram-se disponíveis na nota explicativa nº 2.3 a descrição das políticas contábeis utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas, incertezas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras são:

- a) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A política contábil do Banco em relação a perdas pela redução no valor recuperável dos empréstimos e recebíveis está descrita na nota explicativa nº 2.3

Ao determinar se uma perda no valor recuperável deverá ser registrada na demonstração consolidada do resultado, o Banco efetua julgamentos sobre a existência de quaisquer dados observáveis que indiquem a ocorrência de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados. A Administração utiliza do modelo de estimativas com base na expectativa de perda de crédito.

Determinar a adequação da provisão obriga a Administração a exercer um julgamento significativo sobre assuntos que são inerentemente incertos, inclusive o cronograma, a frequência e a gravidade das perdas de crédito que poderia afetar substancialmente a provisão para perdas com empréstimos e recebíveis e, portanto, o lucro líquido.

A determinação da provisão é influenciada por inúmeras suposições e muitos fatores que podem afetar as estimativas de perdas, incluindo a volatilidade de perda em caso de probabilidade de inadimplência, de padrão, e migração de classificação. As principais premissas utilizadas no cálculo da provisão incluem:

(1) segregação da carteira com base em características de risco comuns; (2) identificação e estimativa de indicadores de carteira e outros fatores que a Administração acredita que são chave para a estimativa das perdas de crédito incorridas, e (3) avaliação do devedor. A Administração monitora a adequação da provisão e faz ajustes das premissas, quando necessário, para refletir uma estimativa das perdas com empréstimos incorridos na data-base de fechamento, com base na melhor informação disponível naquele momento.

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos substancialmente por gastos com a aquisição ou desenvolvimento de softwares, e suas amortizações são efetuadas pelo prazo de vida útil estimado.

Desenvolvimento de software

Os custos relativos ao desenvolvimento ou à manutenção de programas de *software* de informática são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os custos diretamente associados à produção de aplicativos de *software* exclusivos e identificáveis, controlados pelo Grupo GM e que provavelmente irão gerar benefícios econômicos superiores aos custos após um ano são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na preparação do *software* para uso.

Os ativos intangíveis com vida útil finita (definida) têm seus valores amortizados durante sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis com vida útil não definida não são amortizados, sendo apenas avaliados por *impairment*.

c) Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais que refletem a vida útil desses ativos:

- Veículos - 20%
- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de comunicação - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício, os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

d) Redução no valor recuperável de ativos intangíveis e ativo imobilizado

Na data-base de divulgação das Demonstrações Financeiras, o Banco tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irre recuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo. Ativos intangíveis de vida útil indefinida, que não sofrem amortização, devem ser testados no mínimo anualmente para *impairment*.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Na avaliação da Administração, não há indícios de perda por *impairment* de ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

e) Arrendamentos financeiros e operacionais - Arrendador

Os arrendamentos operacionais representam as operações de arrendamento para as quais não ocorre a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo subjacente ao arrendatário. Já quando há a transferência de todos os riscos e benefícios dessa propriedade ao arrendatário, o Banco classifica a operação como arrendamento financeiro.

É incluído na conta empréstimos e recebíveis, o investimento líquido em arrendamentos financeiros. As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido do Grupo em aberto em relação aos arrendamentos. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica receita de juros e similares na demonstração consolidada do resultado. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos mantidos para fins de arrendamento a terceiros sob a forma de arrendamentos operacionais são apresentados na rubrica Ativo Imobilizado e depreciados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Os pagamentos a receber são contabilizados linearmente ao longo do prazo do contrato de arrendamento e apresentados na rubrica outras receitas operacionais na demonstração consolidada do resultado. Não há ativos de arrendamentos operacionais a terceiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

f) Valores residuais

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido a incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no ano. A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real para o Banco, para as demais empresas não financeiras a CSLL é constituída a alíquota de 9%. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

A Emenda Constitucional 103/2019 impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de março de 2020. Dessa forma, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário de dezembro de 2019 e que será realizado a partir de março de 2020.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas Demonstrações Financeiras e apresentados pelo seu valor líquido.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica Ativo fiscal diferido e apresentados pelo seu valor líquido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Em 28 de abril de 2022, através da Medida Provisória nº 1.115/22, foi alterado o parágrafo único do Art. 3º da Lei Federal nº 7.689/88 que trata sobre a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, majorando-a de 20% para 21% para os bancos e de 15% para 16% para demais entidades do setor financeiro. A alteração tem vigência até o final do ano de 2022, retornando ao patamar anterior a partir de 01 de janeiro de 2023.

h) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

- ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- provisões - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;
- obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;
- os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das respectivas provisões.

i) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras e operações compromissadas com prazo de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

j) Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reservas de capital, Reservas de lucros e Participações de acionistas não controladores. O Capital Social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 18. O Capital Social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

2.2.1. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis ao período atual.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos e aplicáveis em exercícios futuros:

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, e entrarão em vigor em períodos posteriores a 31 de dezembro de 2022:

- IFRS 17 – Contratos de seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4, cuja vigência será a partir de 1º de janeiro de 2023, e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizando o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão; e
 - Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
 - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre fluxos de caixa;
 - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início de contrato; e
 - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.
- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.
 - Alterações da IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Banco Gm S.A.
 - Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda – Esclarece que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de

janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Principais Práticas Contábeis adotadas pelo Grupo

A- Impairment para Ativos Financeiros

Para fins do IFRS, em cada data do balanço patrimonial o Banco considera se existe a evidência objetiva de que um ativo financeiro individual ou de que uma carteira de ativos financeiros está com indicação de redução no valor recuperável. Quando há evidência de que um evento de desvalorização ocorreu após a data do reconhecimento inicial do ativo, mas antes da data do balanço patrimonial, e for determinado que os eventos de desvalorização terão um impacto nas estimativas de futuros fluxos de caixa do ativo financeiro individual ou de uma carteira de ativos financeiros, a redução ao valor recuperável é reconhecida baseado no valor contábil atual do instrumento financeiro na data do balanço patrimonial, comparado com o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, considerando a taxa de juros efetiva do instrumento quando da mensuração individual. Quando referente a mensuração das provisões para perda daquelas operações cuja análise se dá de forma coletiva, é avaliada a probabilidade de default (PD) de um grupo semelhante de operações, considerando-se a faixa que tais operações se encontram, para definir qual o potencial de perdas (LGD – Life Time).

Para o BR GAAP, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional – CMN, considerando-se a classificação das operações em níveis de risco que estão diretamente relacionados ao percentual mínimo da provisão a ser constituída, acrescida da provisão adicional pelo julgamento da administração.

As diferenças entre o cálculo de redução ao valor recuperável segundo o IFRS 9 e aquela que o Banco considera para fins do BR GAAP, bem como o efeito de provisão sobre o retorno da carteira de contratos cedidos, vide nota explicativa 2.3, resultaram neste ajuste.

B- Método de taxa de juros efetiva em empréstimos e recebíveis

Em consonância com o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias, tarifas de abertura de crédito e outras taxas inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidas no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos.

Segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

C- Diferimento Comissões de Correspondente País

Referem-se às despesas de comissões de vendas de cotas de consórcio e receitas de comissões de corretagem de seguros. Segundo o IFRS, as despesas e receitas são diferidas pelo período de duração dos contratos de consórcio e apólices dos seguros.

D- Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes em IFRS

Para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais, é requerida pelo IAS 12 a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os ajustes de Contribuição Social e de Imposto de Renda diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS, quando aplicáveis, pela alíquota vigente de 45% (25% - IRPJ e 21% CSLL) conforme nota explicativa 2.2(g).

3. Resultado líquido de juros e similares

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de Juros e Similares		
Operações compromissadas	54.535	30.828
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.330.179	1.265.575
Rendas com taxa de administração	269.970	292.097
Rendas com corretagem de seguro	67.723	59.337
Total de Receita de Juros e Similares	<u>1.722.407</u>	<u>1.647.837</u>
Despesa de captação	(675.107)	(313.568)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(23.383)	(28.395)
Despesas de serviços de terceiros	-	(158.417)
Total de despesas de juros	<u>(698.490)</u>	<u>(500.380)</u>
Resultado líquido de juros e similares	<u>1.023.917</u>	<u>1.147.457</u>

4. Resultado Líquido com Ativos para Negociação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Títulos privados		
Cotas de Fundos de Investimentos	18.771	26.611
	<u>18.771</u>	<u>26.611</u>

5. Outras receitas, despesas operacionais, despesas de pessoal e despesas de serviços de terceiros

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras receitas operacionais		
Atualizações de depósitos judiciais	56.762	21.010
Reversão de provisão para contingências Fiscais, Cíveis e Trabalhistas operacionais	34.968	23.078

Receita Recuperação de Serviços	34.540	32.574
Outras receitas	6.229	62
Reversão de provisões operacionais	6.948	4
Receita em alienação de bens	5.059	8.825
Rendas com variação cambial - empréstimos em moeda estrangeira	110	1.554
Receitas com taxas de manutenção	21.604	25.918
Taxa de permanência	2.895	2.809
	169.115	115.834

	2022	2021
Despesas de serviços de terceiros		
Despesa com concessionária	(234.848)	(133.872)
Despesa de serviço técnico especializado	(39.739)	(34.809)
Despesa de serviços com consultas cadastrais	(5.668)	(8.538)
Despesas de serviços prestados pela GMS	(9.248)	(3.467)
Outras despesas operacionais	(5.401)	(4.700)
Despesa de alienação de veículos	(5.502)	-
	(300.406)	(185.386)

	2022	2021
Outras despesas operacionais		
Despesas tributárias	(78.658)	(78.176)
Despesas com contingências Fiscais, Cíveis e Tributárias	(81.320)	(46.443)
Despesas com processamento de dados	(36.891)	(29.945)
Despesas administrativas	(10.986)	(10.138)
Despesas judiciais	(22.974)	(17.329)
Outras despesas	(7.906)	(18.358)
Despesas de comunicação	(4.558)	(5.483)
Despesas de promoções e relações públicas	(29.086)	(20.896)
Despesas com variações monetárias	(146)	(2)
Despesas de aluguel	(6.692)	(6.369)
Despesas de transporte	(1.739)	(829)
Despesas com alienação de bens	(3.143)	(1.266)
Despesas com contribuições com fundo garantidor de crédito	(3.372)	(4.892)
Despesas com materiais	(55)	(79)
	(287.526)	(240.205)

	2022	2021
Despesas de pessoal		
Proventos	(114.372)	(103.532)
Encargos sociais	(36.433)	(32.502)
Benefícios	(30.110)	(26.792)
Participações no Lucro	(38.988)	(30.074)
Outros	(907)	(561)
Total despesas de pessoal	(220.810)	(193.461)

6. Valor justo de Instrumentos Financeiros

a) Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os *inputs* significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os *inputs* significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

	31 de dezembro de 2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	236.205	-	236.205
Total	-	236.205	-	236.205
	31 de dezembro de 2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação				
<i>Títulos privados</i>				
Cotas de Fundos de Investimento	-	575.442	-	575.442
Total	-	575.442	-	575.442

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no exercício.

b) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos mantidos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela B3.

c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Encontra-se a seguir uma comparação entre o valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros do Banco mensurados ao custo amortizado:

	Nível	2022		2021	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1	321.922	321.922	640.676	640.676
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2	7.926.390	7.830.282	6.936.905	7.471.603
		8.248.312	8.152.204	7.577.581	8.112.279
Passivos financeiros					
Depósitos de instituições financeiras	2	560.107	560.107	457.833	469.758
Depósitos de clientes	2	953.563	953.563	1.971.325	1.960.489
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	2	4.456.865	4.456.865	3.134.366	3.134.472
		5.970.535	5.970.535	5.563.524	5.564.719

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Banco baseadas nas

seguintes metodologias:

- i. Os empréstimos e recebíveis cedidos, não cedidos e outros passivos financeiros ao custo amortizado tiveram seu valor presente recalculado pela taxa CDI + 3% spread ano;
- ii. Os passivos financeiros cujas respectivas taxas são pré-fixadas, foram recalculadas com base no CDI acumulado da data da operação até a data-base considerando o *spread* médio de captação das operações iniciadas no último mês do exercício.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e expectativa de realização.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades em moeda nacional	125	12.990
Disponibilidades em moeda estrangeira	4	18
Aplicações no mercado aberto	321.793	627.668
Total	<u>321.922</u>	<u>640.676</u>

8. Ativos Financeiros para Negociação

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cotas de Fundos de Investimentos (nível 2)	236.205	575.442
Títulos privados	<u>236.205</u>	<u>575.442</u>

A variação dessa conta foi de R\$ 339.237 sendo que o aporte de cotas FIDC (fundo de investimento) representa o montante de R\$ 48.986 (R\$ 362.079 em 2021).

9. Empréstimos e Recebíveis

a) Composição da carteira

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
-		
<u>Operações de Varejo</u>		
CDC Veículos	6.760.537	6.574.181
CDC Veículos - Carteira Cedida	33.177	138.957
Operação de Arrendamento Mercantil	57.439	46.349
Total de Operações de Varejo	<u>6.851.153</u>	<u>6.759.487</u>

<u>Operações de Atacado</u>			
Financiamentos de veículos		971.257	198.307
Financiamento de peças		253.123	215.715
Emprestimo - Dealer		87.985	66.849
Total de Operações de Atacado		1.312.365	480.871
Total de empréstimos e recebíveis		8.163.518	7.240.358
Provisão para perdas ao Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis		(237.128)	(303.453)
Total líquido de empréstimos e recebíveis		7.926.390	6.936.905

b) Composição da carteira por indexadores

	2022		2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	6.851.153	83,92%	6.759.487	93,36%
Pós fixado	1.312.365	16,08%	480.871	6,64%
Total	8.163.518	100%	7.240.358	100%

c) Provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

A tabela abaixo apresenta a conciliação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2022	2021
Saldo no Início do exercício	(303.453)	(254.722)
(Constituições) / reversões de provisões	(258.489)	(280.852)
(Constituições) / reversões de provisões - IFRS 9	19.423	6.126
Baixas para prejuízo	305.391	225.995
Saldo no fim do exercício	(237.128)	(303.453)

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2022		2021	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
<u>Parcelas vencidas:</u> -				
Até 60 dias	47.558	0,6%	46.999	0,7%
De 61 a 180 dias	23.779	0,3%	26.548	0,4%
De 181 a 360 dias	7.926	0,1%	11.468	0,2%
	79.264	1,0%	85.015	1,2%

Parcelas a vencer: -

Até 180 dias	2.869.353	36,2%	2.022.147	29,2%
De 181 a 360 dias	1.434.677	18,1%	1.368.613	19,7%
Acima de 360 dias	3.543.097	44,7%	3.461.130	49,9%
	7.847.127	99,0%	6.851.890	98,8%
Total	7.926.390	100,0%	6.936.905	100,0%

10. Ativo Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a composição da movimentação do ativo imobilizado:

	2022				
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	3.593	936	9.123	13.225	26.877
Aquisições	1	580	3.455	2.759	6.795
Alienações	(92)	(6)	(936)	(435)	(1.469)
Custo no final do exercício	3.502	1.510	11.642	15.549	32.203
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(2.500)	(578)	(6.415)	(4.254)	(13.747)
Adições	(214)	(226)	(1.340)	(2.779)	(4.559)
Alienações	78	2	629	124	834
Depreciação no final do exercício	(2.636)	(802)	(7.126)	(6.909)	(17.472)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2022	866	708	4.516	8.640	14.731

	2021				
	Móveis e equipamentos de uso	Sistemas de comunicação	Sistema de processamento de dados	Veículos	Total
Custo					
Saldo no início do exercício	3.593	963	9.252	14.091	27.899
Aquisições	-	-	180	3.027	3.207
Alienações	-	(27)	(309)	(3.893)	(4.229)
Custo no final do exercício	3.593	936	9.123	13.225	26.877
Depreciação Acumulada					
Saldo no início do exercício	(2.285)	(418)	(5.370)	(3.096)	(11.169)
Adições	(215)	(180)	(1.231)	(2.847)	(4.473)
Alienações	-	20	186	1.689	1.895
Depreciação no final do exercício	(2.500)	(578)	(6.415)	(4.254)	(13.747)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2021	1.093	358	2.708	8.971	13.130

11. Outros ativos

	2022	2021
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 16)	962.981	966.005
Comissões de consórcio e seguros à amortizar	223.530	196.739
Valores a receber de Sociedades Ligadas (nota 19)	21.234	13.941

Impostos e contribuições a compensar	72.961	29.793
Outros	9.088	9.116
Despesas antecipadas	2.400	916
Adiantamentos para pagamentos	1.319	1.434
Total de outros ativos	1.293.513	1.217.944

12. Depósitos de instituições financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos interfinanceiros	524.868	307.614
Cessão de recebíveis	35.239	150.219
Total de depósito de instituições financeiras	560.107	457.833

13. Depósitos de clientes

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos a prazo	953.563	1.971.325
Total de depósitos a clientes	953.563	1.971.325

São representados por Certificados de Depósitos Bancários – CDB com vencimentos até setembro de 2026, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 4,85% e 14,06% ao ano e captações pós-fixadas entre 95% e 140% atreladas a um percentual de variação acumulada do CDI. O impacto da variação envolvendo depósitos a prazo, está relacionado substancialmente, ao investimento em CDB – Pós efetuado por Fundos de Investimento Renda Fixa.

14. Outros passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cotas Seniores - FIDC	303.342	403.073
Obrigações por emissão de letras financeiras	4.153.523	2.731.293
Total de outros passivos financeiros ao custo amortizado	4.456.865	3.134.366

15. Imposto de renda

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto corrente		
Imposto de renda e contribuição social corrente	(74.794)	(145.425)
Relacionada à constituição e realização de diferenças temporárias	68.749	48.640
Total	(6.045)	(96.785)

Conciliação da despesa total de impostos:

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

<u>2022</u>	<u>2021</u>
-------------	-------------

Lucro contábil antes dos impostos	159.436	391.651
Imposto de renda à alíquota nominal de 45% (IRPJ + CSLL)	(71.746)	(176.242)
Efeito da adoção de diferentes alíquotas de imposto nas empresas consolidadas	24.452	16.512
Expurgo Diferença de Regime de Tributação (ii)	10.132	8.870
Ajuste da Majoração da CSLL (i)	(232)	(6.440)
Juros sobre o capital	31.164	57.710
Outras adições/exclusões permanentes	(1.822)	(2.741)
Doação projeto cultural e artístico	1.886	5.368
Despesa de imposto exercício anterior_Diferido	-	-
Despesa de imposto exercício anterior_Corrente	-	82
Adicional do imposto de renda	120	96
Despesa de imposto de renda apresentada na demonstração consolidada do resultado	(6.045)	(96.785)

- (i) Foi publicada a MP 1.034 de 2021, a qual impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro a partir de julho de 2021 até dez/2021. O Grupo manteve o crédito tributário à alíquota de 20% sobre as diferenças temporárias de CSLL, dado que a alteração fora apenas provisória e não havia valores relevantes a serem realizados no segundo semestre de 2022. Em 2022, a Lei nº 14.446/22, impôs aumento de 1% na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro a partir de agosto de 2022. Dessa forma, efetuamos o incremento de 1% sobre a apuração da CSLL de 2022.
- (ii) As empresas GMAC Administradora de Consórcios Ltda. e da GMF Serviços de Mobilidade Ltda. são tributadas pelo regime de Lucro Real com alíquota de 34%, a GM Corretora de Seguros Ltda. e GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda. são tributadas pelo regime de Lucro Presumido com alíquota de 34%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido:

	2022			2021		
	BANCO	CNC	GMF MOB	BANCO	CNC	GMF MOB
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	79.624	8.005	-	79.624	24.405	71
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	360.668	6.013	126	354.111	5.321	-
Provisão para devedores duvidosos	295.936	-	-	240.656	-	-
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência	4.705	-	-	4.773	-	-
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(219.833)	(1.625)	(3)	(210.181)	(1.265)	(3)
Outras diferenças temporárias	14.929	17.247	(126)	12.761	14.371	-
Ajustes IFRS	(106.222)	-	-	(133.949)	-	-
	429.807	29.640	(3)	347.795	42.832	68
	459.444			390.695		

Movimentação dos Impostos Diferidos:

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
	Constuição / (Realização) Líquida		Constuição / (Realização) Líquida		Constuição / (Realização) Líquida	
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	87.629	(16.471)	104.100	(9.401)	113.501	
Provisões riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	366.807	7.375	359.432	(242)	359.674	
Provisão para devedores duvidosos	295.936	55.280	240.656	46.512	194.144	
Provisão para IR diferido sobre superveniência	4.705	(68)	4.773	(756)	5.529	
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais	(221.461)	(10.012)	(211.449)	(4.330)	(207.119)	
Outras diferenças temporárias	32.050	4.918	27.132	(6.224)	33.356	
Ajustes IFRS	(106.222)	27.727	(133.949)	23.081	(157.030)	
Total Líquido	459.444	68.749	390.695	48.640	342.055	

Passivos fiscais:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de Imposto de renda	(27.647)	(15.423)
Provisão de Contribuição Social	(13.353)	(24.236)
Total de Passivo Fiscal Corrente	<u>(41.000)</u>	<u>(39.659)</u>

16. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A movimentação das provisões durante o exercício e a segregação entre prazos estimados de encerramento das ações (até 1 ano e acima de 1 ano) estão apresentadas abaixo:

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	818.240	20.651	21.513	860.404
Constituição (Reversões) líquidas do período	43.243	(5.542)	(2.412)	35.289
Pagamentos	(21.157)	(13)	-	(21.170)
Em 31 de dezembro de 2022	840.326	15.096	19.101	874.523
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 11)	930.668	7.963	24.350	962.981
Em 31 de dezembro de 2020	817.412	22.437	21.269	861.118
Constituição (Reversões) líquidas do período	15.817	688	6.860	23.365
Pagamentos	(14.989)	(2.474)	(6.616)	(24.079)
Em 31 de dezembro de 2021	818.240	20.651	21.513	860.404
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 11)	936.551	7.929	21.525	966.005

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As entidades do Grupo são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS – as principais teses em discussão são:

(i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por serem as empresas (Banco GM. e GMAC Administradora de Consórcios) não empregadoras a partir de dezembro de 1996;

(ii) Mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

- CSLL – as principais teses em discussão são:

(i) Mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora – Banco;

- IRPJ – as principais teses em discussão são:

(i) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco, de deduzir prejuízo fiscal sem a limitação de 30% conforme estabelecido pela MP 812/94 e Lei 8.981/95;

(ii) Mandado de segurança impetrado para reconhecer o direito do Banco de deduzir a contribuição social sobre o lucro líquido em sua base de cálculo até o ano base de 1996, leis 9.316/96 e 8.981/95;

Riscos trabalhistas

Decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e eventuais terceiros pleiteando diferenças de verbas salariais e outras verbas decorrentes do extinto contrato de trabalho. As reclamações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogado interno especialista, sendo avaliadas de acordo com o risco de perda (provável, possível e remota) e montante de exposição envolvido. O montante envolvido é calculado por expert em cálculos trabalhistas, segundo as regras contábeis pertinentes.

Riscos cíveis

São decorrentes de ações cíveis movidas contra o Banco por clientes, concessionários ou terceiros, em que há probabilidade de perda que implique em desembolso financeiro. As ações são patrocinadas por escritórios externos e gerenciadas por advogados internos, sendo, quando for o caso, estipulado risco de perda (provável, possível e remoto) e valor de exposição envolvido. O valor de exposição e probabilidade de perda é realizada segundo análise jurídica da matéria envolvida na ação judicial específica e decisões já proferidas na ação judicial. A Administração entende que as provisões constituídas e os montantes relativos aos depósitos judiciais em garantia são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos judiciais promovidos contra o Banco.

Depósitos Judiciais

Pode não haver correspondência entre o valor do depósito judicial cível ou trabalhista e o valor da respectiva provisão de perda, pois o depósito judicial, em regra, representa o montante requerido pela parte adversa e depositado à disposição do juízo como garantia, enquanto a provisão é o valor considerado como risco de perda provável conforme avaliação dos advogados responsáveis pela condução da ação.

Os depósitos judiciais fiscais são superiores ao valor das provisões constituídas em função de que alguns depósitos são efetuados no decorrer do exercício pelo Lucro Real estimado. No final do exercício, as provisões para contingências são ajustadas pelo Lucro Real e os depósitos judiciais permanecem registrados pelos montantes anteriormente depositados. Adicionalmente, existem valores depositados cujas causas já foram objeto de provisão, porém com o andamento do processo foram avaliadas pela administração e pelos seus assessores legais com risco de perda possível ou remota.

Resumo de passivos contingentes, causas classificadas com risco de perda possível

Segue abaixo os montantes de causas classificadas como risco de perda possível:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fiscais	215.263	197.799
Trabalhistas	2.512	2.882
Cíveis	26.988	29.901
Total	<u>244.763</u>	<u>230.582</u>

17. Outros Passivos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados	187.219	215.857
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9.537	7.052

Credores diversos	35.254	22.502
Impostos e Contribuições a Pagar	12.333	10.746
Repasses GMB (nota 19)	34.265	6.625
Pagamentos a fornecedores	76.036	75.277
Obrigações sociais e estatutárias	-	54.917
Obrigações com pessoal	50.356	41.517
Total de outros passivos	405.000	434.493

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social no montante de R\$ 2.420.744 em 2022 (R\$ 2.420.422 em 31 de dezembro de 2021) está representado por 1.145.429.832 ações ordinárias (1.145.353.124 em 31 de dezembro de 2021). O aumento no capital social de R\$ 322 é devido à constituição da nova empresa do grupo, a GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda..

b) Reservas

As reservas de lucros no montante de R\$ 540.321 em 2022 (R\$ 456.187 em 2021) referem-se a reserva legal R\$ 199.677 em 2022 (R\$ 185.677 em 31 de dezembro de 2021) e outras reservas é de R\$ 340.644 em 2022 (R\$ 270.510 em 31 de dezembro de 2021). Os lucros do exercício de 2022 foram distribuídos em R\$ 14.000 para reserva legal e R\$ 70.134 para outras reservas. A reserva legal é constituída a 5% do lucro do exercício, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal.

c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. Dividendos intermediários e intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. Em 2022, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de dividendos e juros sobre Capital Próprio aos acionistas no montante de R\$ 69.278 (Em 2021 foram R\$537.282 de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos).

d) Lucro Líquido por Ação

		2022		
Período	Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações	
01/01/2022 - 31/12/2022	(i) 1.141.400.925	365	1.141.400.925	
01/01/2022 - 31/12/2022	(ii) 3.952.199	365	3.952.199	
05/10/2022 - 31/12/2022	(iii) 321.820	87	76.708	
TOTAL DE COTAS			1.145.429.832	
Lucro Líquido do Exercício				153.391
Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído- Em R\$ - por lote de mil ações				R\$ 133,92
(i) Quantidades de Ações do Banco GMAC				
(ii) Quantidade de Ações da GMAC Prestadora de Serviços Ltda				
(ii) Quantidade de Ações da GM Corretora de Seguros para Consórcio Ltda.				
		2021		
Período	Quantidade de Ações	Dias	Média Ponderada do Número de Ações	
01/01/2021 - 31/12/2021	(i) 1.141.400.925	365	1.141.400.925	
01/01/2021 - 31/12/2021	(ii) 3.952.199	365	3.952.199	
TOTAL DE COTAS			1.145.353.124	

Lucro Líquido do Exercício

294.866

Lucro Líquido por Ação Básico e Diluído - Em R\$ - por lote de mil ações**R\$ 257,45**

(i) Quantidades de Ações do Banco GMAC

(ii) Quantidade de Ações da GMAC Prestadora de Serviços Ltda

e) Resultados acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

19. Partes relacionadas

O Banco define como partes relacionadas os Diretores, seus familiares próximos, parentes e suas subsidiárias e companhias associadas.

Remuneração da Administração

A remuneração agregada à Diretoria é estabelecida conforme política de remuneração do Grupo GM.

Benefícios de curto prazo

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e honorários da diretoria executiva		
Remuneração fixa	4.023	3.549
Remuneração variável	4.375	3.350
Total	8.398	6.899

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

Outras informações – empréstimos e recebíveis

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias ou diretores e seus familiares.

Transações com partes relacionadas

Os quadros a seguir apresentam os saldos com partes relacionadas no final dos exercícios e montantes reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante os anos de 2022 e 2021.

	2022	
	Controladora	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos (Nota 11) (2)	2.643	18.591
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar	-	33.489
Total	2.643	52.080
Passivo		
Captações em depósitos a prazo GM Holding		(10.238)
Outros Passivos - General Motors do Brasil (Nota 17)	-	(34.265)
Total	-	(44.503)
Receita/(Despesa)		
Desp.Depósitos a Prazo Pós - Holding	517	-
Receita Recuperação de Serviços	(34.111)	-
Receitas de juros e similares (1)	-	(55.684)
Total	(33.594)	(55.684)
	2021	
	Controladora	Outras partes Relacionadas
Ativo		
Outros ativos (Nota 11) (2)	2.483	11.458
Empréstimo e recebíveis - subsídios a amortizar	-	(96.880)
Total	2.483	(85.422)
Passivo		
Captações em depósitos a prazo GM Holding		(11.205)
Outros Passivos - General Motors do Brasil (Nota 17)	-	(6.625)
Total	-	(17.830)
Receita/(Despesa)		
Desp.Dep.Pr.Pos - Holdings	371	-
Receita Recuperação de Serviços	(31.065)	-
Receitas de juros e similares (1)	-	(84.023)
Total	(30.694)	(84.023)

(1) Subsídio pago pela General Motors do Brasil Ltda. que compõe a taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis e reconhecido como receita ao longo do prazo do contrato. A GMB é responsável pelo fornecimento de veículos às concessionárias para que assim o Banco possa atender as necessidades de capital de giro das concessionárias através das operações de atacado.

(2) Os montantes de “Outros Ativos” com “Outras partes Relacionadas” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors do Brasil relacionados ao subsídio de taxa, e com “Controladora” referem-se substancialmente a valores a receber da General Motors Financial relacionados à folha de pagamento.

Os saldos apresentados nas duas tabelas anteriores surgiram do curso regular dos negócios. Os juros cobrados nas transações de partes relacionadas respeitam as taxas de mercado. Não houve garantias prestadas ou recebidas em nenhuma transação efetuada entre partes relacionadas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram realizadas provisões para devedores duvidosos relacionados a valores devidos por partes relacionadas.

20. Análise de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir mostra os ativos e passivos do Banco agrupados por vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data do vencimento contratual. Para alguns grupos que não possuem vencimento contratual definido são utilizadas premissas internas de vencimento.

	BC Consolidado IFRS 2022	Sem Vencimento	2022		Total
			Até 1 ano	Acima de 1 ano	
ATIVO					
Caixa e Equivalentes de Caixa	321.922	321.922	-	-	321.922
Ativos Financeiros para Negociação	236.205	236.205	-	-	236.205
Empréstimos e Recebíveis	7.926.390	-	4.383.294	3.543.096	7.926.390
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	459.444	-	-	459.444	459.444
Outros Ativos	1.293.513	-	135.109	1.158.404	1.293.513
Ativo Imobilizado	14.731	14.731	-	-	14.731
Total do Ativo:	10.252.205	572.858	4.518.403	5.160.944	10.252.205
PASSIVO					
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado					
Depósitos de Instituições Financeiras	560.107	-	560.107	-	560.107
Depósitos de Clientes	953.563	-	858.931	94.632	953.563
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	4.456.865	-	1.190.236	3.266.629	4.456.865
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	41.000	-	41.000	-	41.000
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	874.523	-	-	874.523	874.523
Outros Passivos	405.000	-	217.781	187.219	405.000
Total do Passivo:	7.291.058	-	2.868.055	4.423.003	7.291.058
	BC Consolidado IFRS 2021	Sem Vencimento	2021		Total
ATIVO					
Caixa e Equivalentes de Caixa	640.676	640.676	-	-	640.676
Ativos Financeiros para Negociação	575.442	575.442	-	-	575.442
Empréstimos e Recebíveis	6.936.905	-	3.446.930	3.489.975	6.936.905
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	390.695	390.695	-	-	390.695
Outros Ativos	1.217.944	-	449.752	768.192	1.217.944
Ativo Imobilizado	13.130	13.130	-	-	13.130
Total do Ativo:	9.774.792	1.619.943	3.896.682	4.258.167	9.774.792
PASSIVO					
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado					
Depósitos de Instituições Financeiras	457.833	-	457.833	-	457.833
Depósitos de Clientes	1.971.325	-	1.801.395	169.930	1.971.325
Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	3.134.366	-	860.747	2.273.619	3.134.366
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	39.659	-	39.659	-	39.659
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	860.404	-	349.484	510.920	860.404
Outros Passivos	434.493	-	199.355	235.138	434.493
Total do Passivo:	6.898.080	-	3.708.473	3.189.607	6.898.080

21. Gestão de risco

21.1. Introdução

O Banco atua no Brasil desde 1930 e oferece soluções em financiamento, consórcio e seguros para as concessionárias da Rede Chevrolet e seus clientes. Atualmente é um dos líderes no mercado de financiamento automotivo no Brasil e faz parte da GM Financial, uma subsidiária integral da General Motors. A partir de 2003 passou a operar como banco múltiplo (“Banco”).

Desde outubro de 2013, as soluções do Banco são oferecidas ao mercado por intermédio da marca Chevrolet Serviços Financeiros.

A Chevrolet Serviços Financeiros busca a excelência nas práticas de governança corporativa, bem como a transparência na gestão das diversas atividades da empresa. Tais áreas objetivam mensurar e monitorar todos os níveis de riscos, seguindo as técnicas e as melhores práticas de mercado. Como boa prática, o Banco assume pro ativamente a gestão dos riscos inerentes às suas atividades. A filosofia é investir esforços significativos no entendimento da natureza e potenciais efeitos dos riscos assumidos, buscando precificar adequadamente nossos produtos e definir práticas adequadas na gestão do negócio.

A filosofia é disseminada em todos os níveis da nossa organização, de tal forma que qualquer usuário, a qualquer momento, possa e deva apontar riscos que eventualmente não são evidentes, assegurando que os mesmos sejam suficientemente avaliados e geridos adequadamente nas diversas áreas da instituição.

Capital e liquidez são críticos para a nossa sustentabilidade, deste modo, aperfeiçoamos o equilíbrio entre o risco e retorno, mantendo sempre equalizados os níveis de capital e liquidez.

Estamos comprometidos em proteger a organização no longo prazo, garantindo a viabilidade do nosso negócio.

Buscamos ser reconhecidos pela transparência e valores por nossos clientes, saudáveis por nossos acionistas, competentes e confiáveis por nossos reguladores.

Para fortalecer a gestão de riscos por toda organização, foram criadas diversas áreas específicas focadas nos riscos inerentes a cada segmento, a fim de propiciar um adequado e eficaz processo neste tema. Tais áreas de riscos contam ainda com o apoio efetivo das equipes de Auditoria (Interna e Externa), Compliance, Controles Internos e Controle de Qualidade, atuando na aplicabilidade e aderência de todos os processos às políticas instituídas pela empresa.

Em conformidade com a Resolução 4.557/17 do CMN, o gerenciamento integrado de riscos conta com a posição de CRO (Chief Risk Officer), atuando de forma independente das áreas de negócios, e cujas atribuições abrangem:

- Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- Adequar as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos à Declaração de Apetite a Riscos (RAS) e aos objetivos estratégicos da Chevrolet Serviços Financeiros;
- Promover a adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos, acerca dos seus modelos, políticas, processos, relatórios e sistemas;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital, auxiliando a Diretoria,
- Avaliar a adequação de capital.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização mantenha uma estrutura de controle compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços, multiplicidade das atividades e processos, bem como administração eficiente dos recursos sistêmicos e humanos, harmonizando todos estes aspectos num ambiente de risco

controlável e alinhado aos princípios e filosofia da mesma.

21.2. Risco de crédito

Risco de crédito

A Chevrolet Serviços Financeiros através da Diretoria de Riscos tem como parte do escopo de atuação o gerenciamento do Risco de Crédito Varejo. Esse gerenciamento se dá tanto através de acompanhamentos, avaliações periódicas, quanto por estudos e análises pontuais em função das necessidades do negócio ou do mercado identificadas pela área.

O acompanhamento da carteira é realizado através do gerenciamento do portfolio supracitado. Além desse acompanhamento, a área tem como práticas as seguintes ações periódicas:

- Revisão da política de crédito: análise da política de crédito e definição do ponto de “corte” através da análise de rentabilidade;
- Atualização do modelo de rentabilidade: em conjunto com finanças e produtos, revisão trimestral das premissas de performance e perfil de crédito para a correta precificação dos produtos de crédito;
- Avaliação de campanhas ou novos produtos: quando necessária avaliação conjunta com produtos para delimitação das condições mínimas tanto de crédito quanto do próprio produto;
- Apresentação dos resultados e ações da área: principais indicadores de crédito, além das atividades e ações em desenvolvimento para a alta administração da instituição;
- Revisão da política de verificação: a análise foca nas melhores práticas, aplicação de procedimentos e processos que visam mitigar o risco de processos fraudulentos; e
- Acompanhamento e revisão periódica das projeções de perdas.

Em paralelo aos processos acima destacados, a área de riscos constantemente monitora, reavalia, atualiza e propõe mudanças constantes na admissão e na recuperação de crédito. Essa dinâmica ocorre de acordo com as demandas e necessidades tanto internas quanto externas da área. Dentre as ações, podemos destacar:

- Ajustes pontuais na política de crédito;
- Adequações específicas na política de verificação;
- Suporte a estratégias de recuperação de crédito;
- Disseminação constante da cultura de riscos;
- Melhoria contínua no monitoramento da carteira com criação de triggers, referências, desvio de comportamentos;
- Análises pontuais e mais focadas na carteira:
 - Por grupo de veículos específicos
 - Regionalizada
 - Por classificação de riscos
 - Por tipo de produto
 - Por segmento do cliente
 - Por períodos de análise diferentes
- Avaliação de novos fornecedores e ferramentas de mercado; e
- Participação em fóruns e grupos abertos para discussões de melhores práticas de mercado no que tange o risco de crédito.

Em complemento às atividades citadas, a área também é responsável pela manutenção, acompanhamento, implantações e participação ativa nos sistemas envolvidos no processo de análise de crédito em parceria com a área de Operações.

O relacionamento com outras áreas da Chevrolet Serviços Financeiros também faz parte das atribuições da área de Risco de Crédito Varejo. As demandas em conjunto com outras áreas como Operações, Finanças, Produtos, Vendas e Tecnologia são parte integrante para o correto gerenciamento dos riscos de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

Conforme a resolução 4.557/17 do CMN define-se risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para assegurar adequada gestão do risco de crédito foi estabelecido o Comitê de Riscos cujo objetivo é gerir tal risco de acordo com a estratégia adotada pela organização, alinhada às diretrizes da matriz, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Estratégias

O Banco utiliza-se das melhores práticas empregadas pelo mercado para mensurar o risco de crédito, tais como:

- Modelos estatísticos;
- Informações de bureaus externos;
- Acompanhamento do processo de iniciação;
- Análise do perfil dos clientes e das operações contratadas;
- Acompanhamento da performance da carteira e prejuízo;
- Análise de safras;
- Concentração de riscos;
- Efetividade da recuperação de crédito; e
- Aderência dos processos às políticas.

A área de riscos mantém controles e monitoramentos internos do portfólio de modo a garantir que as exposições ao risco de crédito não excedam os níveis aceitáveis de risco estabelecidos pela instituição.

O processo de monitoramento também é realizado através da manutenção de relatórios gerenciais, os principais pontos acompanhados são:

- Perfil das propostas recebidas;
- Perfil das propostas aprovadas;
- Perfil de contratos formalizados;
- Perfil da carteira;
- Performance de inadimplência (total e por safra);
- Acompanhamento de entradas em prejuízo; e
- Recuperação de crédito.

Os pontos acompanhados são avaliados por diversas visões e indicadores. Visões como percentual de entrada, faixas de

risco (*credit score*), prazo, região, tipos de planos, tipo de veículo são alguns exemplos da forma como a informação é estruturada.

Controles e limites de concentração de perfis ou condições particulares são monitorados periodicamente de modo a assegurar a qualidade da admissão. O acompanhamento da carteira inadimplente também é constante, de modo a garantir que a evolução do negócio está dentro dos limites de risco estabelecidos pela instituição.

Comunicação e informação de Riscos

A área de risco apresenta trimestralmente ou tempestivamente, caso necessário, para a alta administração (Comitê de Produtos e Crédito) os indicadores de crédito, as análises realizadas e o acompanhamento dos indicadores de risco de crédito.

O Comitê de Produtos e Crédito é composto pela diretoria de riscos e diretores estatutários do banco (sendo necessária a presença de no mínimo dois deles) e também outros diretores da instituição a depender dos assuntos abordados.

Para o Banco Central do Brasil – (“BACEN”) são disponibilizados, conforme a legislação vigente, informações de clientes e operações relativas à provisão para devedores duvidosos, garantias e outras de acordo com a solicitação do regulador.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Produtos e Crédito – Risco Crédito Varejo:

O Grupo Executivo de Risco de Crédito Varejo tem como linha de atuação a análise / avaliação de créditos com limites de valores equivalentes de até 250 mil dólares de exposição total por cliente, exceto em casos de clientes onde exista o relacionamento junto ao risco de crédito atacado (p.e. concessionárias, locadoras, frotistas). Suas principais competências são:

- Responsável pela vigilância do programa de risco de crédito varejo corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de crédito varejo que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes, planos, campanhas de mídia;
- Discutir problemas internos ou externos da organização que possam impactar gravemente ou inviabilizar o atingimento dos principais objetivos de risco de crédito e, conseqüentemente, da Chevrolet Serviços Financeiros;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito varejo e suas diretrizes, incluindo aprovação das políticas e procedimentos da área de recuperação de créditos;
- Garantir que as estratégias corporativas da Chevrolet Serviços Financeiros (gerenciamento de risco de crédito, políticas e delegações de autoridade) estejam adequadas à estrutura local da empresa;

- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito baseadas em performance, taxa de aprovação, safras, tendência de qualidade dos ativos, tipos de riscos, etc;
- Acompanhar os resultados das carteiras (projeção x realizado) e propor ações destinadas a mitigar e resolver a possível deterioração dos riscos de crédito;
- Supervisionar para que os modelos de decisão cumpram os limites de qualidade definidos;
- Garantir que o tratamento das exceções aos limites estabelecidos dentro das Políticas seja cumprido; e
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar resultados de negócios.

Comitê de Risco:

- Responsável pela vigilância do programa de risco do crédito atacado corporativo: integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco;
- Receber informação sobre assuntos relevantes de risco de crédito atacado que devem conhecer e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade das carteiras de crédito atacado; e
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios.

Monitoramento

O monitoramento do risco de crédito se dá através de vários instrumentos, seguindo sempre as melhores práticas de mercado, dentre elas, podemos destacar:

- Relatórios com visão periódica da carteira, com visão de todo portfólio;
- Relatórios com visão periódica de safras;
- Relatórios das perdas e recuperações de prejuízo;
- Relatórios de acompanhamento das novas concessões de crédito;
- Relatórios de acompanhamento de provisão; e
- Relatórios de cenários de estresse de crédito.

Além do monitoramento constante dos indicadores de crédito, a área de risco de crédito varejo trabalha constantemente na identificação de potenciais riscos e oportunidades de negócios.

Tais procedimentos visam sempre a manutenção saudável dos negócios de riscos além de cumprir com as políticas internas e também com as regulamentações brasileiras vigentes.

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação

A classificação de qualidade de crédito para os ativos financeiros foi realizada levando-se em consideração os seguintes critérios:

Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	321.922	640.676
Ativos Financeiros mantidos para negociação	236.205	575.442
Empréstimos e adiantamentos a clientes (i)	<u>7.926.390</u>	<u>6.936.905</u>
Total	<u>8.484.517</u>	<u>8.153.023</u>

(i) Os valores já se encontram líquidos de eventuais provisões para perdas ao valor recuperável.

O Grupo não realiza nenhum tipo de prestação de aval ou fiança a terceiros ou concessionárias.

Concentrações

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por região geográfica das operações de empréstimo.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Centro-Oeste	861.242	705.729
Nordeste	1.924.213	1.382.432
Norte	746.165	585.030
Sudeste	2.698.046	2.849.072
Sul	<u>1.696.724</u>	<u>1.414.642</u>
Total (nota 9)	<u>7.926.390</u>	<u>6.936.905</u>

A tabela abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Pessoa física	5.765.756	5.920.556
Outros Serviços	1.488.490	586.289
Comércio	664.723	422.897

Industria	7.421	7.163
Total (nota 9)	7.926.390	6.936.905

A tabela abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Exposição	409.855	207.433
% sobre carteira total	5,17%	2,99%

Garantias e outros mitigantes de risco de crédito

O Banco analisa e aceita garantias de acordo com os regulamentos internos, que são definidas levando-se em consideração o tipo de operação e risco de crédito da contraparte.

As operações de empréstimo de Varejo (Crédito Direto ao Consumidor e Leasing Varejo) são garantidas pelo próprio bem (veículo) através de alienação fiduciária. Caso haja necessidade, durante o processo de avaliação do crédito, podem ser requeridos avalistas como uma garantia adicional da operação.

Para a concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) são solicitadas garantias para a operação. Estas garantias podem ser hipotecas, investimentos, carta fiança, aval ou uma combinação das garantias.

Além dos mitigadores mencionados as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo ou peças) através de penhor mercantil.

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a qualidade de crédito por classes de ativos, considerando todos os ativos financeiros expostos a riscos de crédito. Os valores não consideram provisões para perdas com redução ao valor recuperável.

	<u>2022</u>			
	<u>Qualidade alta</u>	<u>Qualidade Normal</u>	<u>Qualidade Subnormal</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	321.922	-	-	321.922

Com o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento o Banco conta com a venda de ativos de crédito ao mercado como fontes de captação alternativa/complementar para financiar suas atividades.

A. Venda de Ativos de Crédito ao Mercado - (Operações de varejo com exceção de leasing)

Para esta modalidade de financiamento o Banco adota a venda com retenção de riscos e benefícios, sendo os contratos vendidos como uma garantia de uma linha de crédito disponibilizada pelas instituições financeiras destinadas a financiar as atividades do Banco.

Em casos de inadimplemento dos contratos vendidos, o Banco é responsável pela recompra de todas as operações em tal situação, assumindo assim todo o risco de crédito.

As operações cedidas são registradas nos livros do Banco e a alocação de capital regulatório é constituída conforme estabelecido pela legislação, e montam em 31 de dezembro de 2022 um valor de R\$ 33.177 (R\$ 138.957 em 31 de dezembro de 2021), registrados na rubrica “Empréstimos e Recebíveis”.

No processo de venda de ativos de crédito o Banco não tem intenção de arbitrar ganho financeiro de curto prazo com a transação, ao contrário disso, paga um prêmio às instituições financeiras pela antecipação dos recebíveis que serão utilizados para o financiamento de suas atividades.

21.2.1 Gerenciamento do Risco de Crédito (Atacado)

A estrutura de Risco de Crédito (Atacado) da Chevrolet Serviços Financeiros é responsável pelo gerenciamento de exposição ao risco de crédito das operações do segmento atacado. Este processo é realizado de forma segura e sólida para o Grupo GM no Brasil, através da identificação, mensuração, monitoramento e controle de exposição ao risco de crédito, de forma que este se mantenha em níveis compatíveis com as estratégias e tolerância ao risco da Instituição.

As operações de crédito do segmento de atacado da Chevrolet Serviços Financeiros consistem em operações em que as contrapartes são majoritariamente concessionárias Chevrolet autorizadas, financiando, por um determinado período, estoques de veículos e peças/acessórios da marca. Esse tipo de operação é conhecido como “Floor Plan”, o qual geralmente apresenta valores individualmente significativos.

Todas as alterações e/ou revisões as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito na Chevrolet Serviços Financeiros deve ser previamente avaliada e aprovada pelo Comitê de Risco, o qual é responsável pela gestão da exposição ao risco de crédito dentro dos padrões citados.

21.2.1.1 Escopo de Atuação

A atuação da Chevrolet Serviços Financeiros é limitada a categoria de veículos. São somente escopos de atuação os veículos dos segmentos “automóveis” e “comerciais leves” (segundo classificação Fenabreve). Segmentos como o financiamento de motos, caminhões, ônibus, vans e tratores ou máquinas agrícolas não podem ser operados pela Chevrolet Serviços Financeiros.

Atualmente o segmento atacado atua com os seguintes produtos:

- Floor Plan de Veículos Novos: Financiamento de veículos novos do fabricante para as concessionárias Chevrolet, através de crédito rotativo;
- Floor Plan de Veículos Usados: Financiamento de estoque de veículos seminovos através de crédito rotativo para as concessionárias Chevrolet;
- Capital de Giro: Capital de Giro para concessionárias Chevrolet;
- Empréstimos: Empréstimo parcela final; empréstimo parcela final – garantia de veículos seminovos e empréstimo regular; e financiamento de equipamento para concessionárias Chevrolet;
- Floor Plan Peças e Acessórios: Financiamento de Peças e Acessórios para concessionárias Chevrolet;
- Linha de crédito para Locadoras de veículos e empresas afiliadas de concessionárias: limite de crédito para financiamento de veículos, independentemente do valor financiado; e
- Financiamento de Veículos para Pessoa Jurídica: Financiamento de veículos para pessoa jurídica com exposição total superior a US\$250 mil.

21.2.1.2 Sistema de Classificação de Crédito (Atacado)

Para classificação das operações sujeitas a risco de crédito em categorias, durante a avaliação são consideradas as condições econômico-financeiras dos clientes. Os dados da análise são inseridos em um sistema de rating desenvolvido globalmente para a Chevrolet Serviços Financeiros (CARRS – Credit Analysis and Risk / Return System) e nos oferece três classificações:

Modelo de Classificação (MRR – Model Risk Rating):

A classificação das propostas é calculada automaticamente pelo sistema através de índices financeiros de liquidez, alavancagem, lucratividade e patrimônio líquido das empresas. Os índices financeiros são calculados com base nos demonstrativos financeiros e outras informações fornecidas pela empresa analisada, considerando ajustes realizados no patrimônio líquido e capital de giro líquido por conta de correções de contabilizações e ajustes padrões efetuados no momento da análise. Esta classificação tem como objetivo demonstrar a probabilidade da empresa apresentar inadimplência (PD – Probability of Default) e é considerado como o rating provisório do cliente.

Classificação de Risco do Cliente (BRR – Borrower Risk Rating)

O rating definitivo para a tomada de decisão de crédito é determinado pelo analista de crédito do CLC, tendo como ponto de partida o rating provisório (MRR) calculado pelo sistema CARRS.

Para determinar o rating do cliente, o analista pode considerar outros fatores e informações externas, as quais não são contempladas no modelo de score, decidindo qual o rating mais apropriado para o cliente. Qualquer tipo de discordância entre o rating final definido pelo analista ou pelo rating provisório calculado pelo sistema, deve o mesmo ser justificado na análise de crédito e no sistema CARRS, bem como aprovado pela autoridade de crédito (TAA – Top Approval Authority).

Regulatory Risk Rating

Com base no rating final definido no sistema CARRS pelo analista de crédito (BRR), é definido o “Regulatory Risk Rating”. Os ratings entre “Strong” e “Allowable” são considerados satisfatórios (Pass) e entre “Special Mention” e “Default” são considerados negativos (Criticized), sendo que os clientes com essas classificações são inclusos em uma série de controles mensais de monitoramento visando controlar e mitigar o risco de crédito da carteira de Atacado.

- Strong - PG (Forte)
- Above Average - PV (Acima da Média)
- Satisfactory – PY (Satisfatório)
- Allowable- PL (Admissível)
- Special Mention – SM (Menção Especial)
- Substandard- SU (Abaixo do padrão)
- Doubtful- DO (Duvidoso)

21.2.1.3 Classificação de Risco Bacen

Com base na análise de crédito do cliente e classificação do Rating obtida no sistema CARRS, a área de CLC é responsável pela avaliação da classificação de risco do cliente de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99.

21.2.1.4 Mitigadores de Risco (Garantias)

A concessão ou renovação dos limites de crédito disponibilizados para as redes de concessionárias (Floor Plan) podem estar condicionadas concessão de garantias adicionais, ou seja, hipotecas ou alienação de imóveis, garantia sobre investimentos, carta fiança e aval.

Além dos mitigadores mencionados, as operações de Floor Plan são garantidas pelo objeto da operação (veículo) sendo penhor para os veículos novos e alienação fiduciária para os veículos seminovos.

21.2.1.5 Comitê de Risco

O Comitê de Risco é o órgão responsável pelo gerenciamento do risco do crédito atacado corporativo, visando a integração e adaptação da cultura de risco Global ao âmbito local, estratégia, predisposição e o nível de tolerância ao risco. Suas demais atribuições são:

- Receber informação sobre assuntos relevantes de risco de crédito atacado que devem conhecer e decidir sobre: novos produtos, alterações relevantes, planos e campanhas na mídia;
- Discutir problemas internos ou externos que possam impactar gravemente os principais objetivos no gerenciamento do risco de crédito;
- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de crédito atacado e suas diretrizes;
- Realizar uma revisão periódica sobre a qualidade da carteira de crédito atacado; e
- Levantar as preocupações e identificar oportunidades de maximizar os resultados de negócios.

Todas as alterações e/ou revisões as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito na Chevrolet Serviços Financeiros deve ser previamente avaliada e aprovada pelo Comitê de Risco o qual é responsável pela gestão da exposição ao risco de crédito dentro dos padrões citados.

21.2.1.6 Indicadores de Monitoramento

- Utilização das linhas de crédito Floor Plan (Veículos Novos, Peças e Acessórios e veículos usados);
- Estoque da rede de concessionários;
- Prazo médio de pagamentos;
- Lucratividade da Rede de concessionários;
- Perfil da carteira de crédito atacado por classificação de risco de crédito; e
- Concentração de risco por classificação.

21.3. Risco Operacional

As políticas relacionadas ao processo de gerenciamento de risco operacional do Banco estabelecem as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco e abrangem os seguintes pontos:

- Processo periódico de autoavaliação;
- Avaliação e mensuração dos riscos inerentes e residuais;
- Teste de avaliação de controles;
- Processo de monitoramento dos indicadores de risco (KRI – *Key Risk Indicator*);
- Coleta de dados de eventos de perdas operacionais;
- Monitoramento do Apetite a Risco Operacional (RAS);
- Treinamento e aculturação nos fundamentos de Risco Operacional; e
- Planejamento de Continuidade de Negócios.

A política é revisada anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de eventos isolados em função de atualização de regulamentação, reavaliação das diretrizes de risco ou outros ajustes.

Estrutura de gerenciamento de Risco Operacional

Conforme a resolução 4.557/17 do Banco Central do Brasil - (“BACEN”) define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banco possui o Programa de Risco Operacional que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar, testar, mitigar, controlar e documentar os eventos de materialização do risco operacional. A gestão do Programa de Risco Operacional é de responsabilidade da equipe de Compliance, a qual é monitorada pela Diretoria e Superintendência Executiva.

Visando assegurar a adequada gestão do risco operacional, foi estabelecido pelo Comitê Executivo Sênior o Comitê de Risco, que tem como um de seus objetivos controlar o risco operacional de acordo com a estratégia adotada pela organização em consonância com a matriz global, requerimentos do acordo da Basileia e às exigências do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil – (“BACEN”).

Todos os departamentos contam com pelo menos dois agentes de risco operacional capacitados para analisar os processos, identificar, avaliar os controles e reportar os eventos de materialização do risco operacional.

Estratégias

A área de Risco Operacional promove a avaliação dos processos e controles internos, monitora os indicadores de risco operacional (KRIs) e o apetite ao risco operacional (RAS), fomenta discussões sobre os eventos de risco operacional ocorridos e/ou potenciais, e estabelece planos de ação conforme o planejamento e estratégia adotada pela organização.

Comunicação e Informação de Riscos

A área de risco operacional apresenta com regularidade ou tempestivamente, no caso de ocorrência de algum evento extraordinário, os resultados das análises realizadas, eventos ocorridos e planos de ação para o Comitê de Risco.

Conforme regulamentação do Banco Central do Brasil – (“BACEN”), ao final de cada ciclo, é elaborada a matriz de risco contendo a avaliação dos principais processos da organização, bem como uma base de perdas com os eventos ocorridos e capturados no mesmo período.

Sistema de Mensuração

Os riscos operacionais são monitorados e mensurados com o apoio de diversas ferramentas:

- Autoavaliação anual dos processos - potenciais impactos de cada um dos riscos identificados;
- Avaliação mensal da base de perdas operacionais – observação dos eventos e seus respectivos impactos;
- Análise de eventos ocasionais - capturados de forma pontual.

Para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA), relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), o Banco adota a metodologia Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada;

Monitoramento Contínuo

Comitê de Risco

As atribuições de Risco Operacional dentro do Comitê de Risco, sem prejuízo de quaisquer outras não mencionadas, são:

- Determinar os níveis de risco operacional aceitáveis para a empresa;
- Garantir o gerenciamento dos diversos tipos de riscos apontados, sistemas de informação e respectivos controles internos utilizados para sua gestão;
- Propor ações destinadas a mitigar e resolver os possíveis problemas operacionais relacionados aos processos-chave da empresa;
- Estabelecer e revisar periodicamente KRIs (Key Risk Indicators) que indiquem a materialidade, ou não, das variações dos processos mapeados;
- Estabelecer medidas para mitigar o impacto dos riscos identificados, casos eles ocorram;
- Garantir a coleta de dados de perdas operacionais e revisar periodicamente as informações fornecidas pelas respectivas áreas;
- Garantir que a alta gerência da empresa suporte os Agentes de Risco (Risk Owners) na realização da revisão anual, a autoavaliação de Riscos e Controles - RCSA (Risk and Control Self Assessment);
- Desenvolver planos de ação para os riscos considerados como críticos pela empresa, a partir do resultado da revisão anual dos riscos operacionais;
- Garantir adequada gestão dos planos de continuidade de negócios em decorrência de desastres e eventos contingenciais.

21.4. Risco de Mercado

De acordo com a Res. CMN 4.557/17 define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e o IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

A política relacionada ao gerenciamento de risco de mercado e IRRBB tem como finalidade descrever a estrutura, governança, estratégias, regras, metodologias e indicadores utilizados pela estrutura de risco de mercado para avaliar,

monitorar e controlar os riscos associados ao Banco, contemplando os seguintes aspectos:

- Metodologias de mensuração do risco;
- Critérios para classificação das exposições;
- Instrumentos financeiros permitidos e não permitidos;
- Regras para novos produtos;
- Limites operacionais;
- Testes de estresse; e
- Monitoramento.

As políticas são revisadas com periodicidade mínima anual, entretanto revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores de Risco de Mercado, estratégia comercial e operacional.

A classificação dos instrumentos é estipulada pelo Comitê de Risco, o qual se baseia na definição apresentada pela Resolução 4.557 de 23/02/2017 do Conselho Monetário Nacional para determinação. De acordo com a Res. CMN 4.557/17, a Carteira de Negociação (*Trading*) deve ser formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade. Os instrumentos detidos com intenção de negociação são aqueles destinados a revenda; obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou realização de arbitragem.

Os instrumentos que não se enquadram nas características de carteira de negociação devem constituir a Carteira Bancária (Não Negociação). Estes instrumentos possuem como característica intrínseca a sua permanência na carteira até seu vencimento (*Held to Maturity*), sendo operações com objetivo de médio e longo prazo vislumbrando um fluxo regular.

Considerando a natureza das operações da Chevrolet Serviços Financeiros, conforme ilustrado no quadro de classificação dos instrumentos, todos os produtos atualmente autorizados pela Chevrolet Serviços Financeiros são classificados na Carteira Bancária.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros está sob a responsabilidade do Comitê de Risco e da Diretoria de Risco, a qual atua de forma independente das áreas de negócios.

O Comitê de Risco é o órgão local responsável pela supervisão da gestão do risco de mercado na Chevrolet Serviços Financeiros. Esta estrutura garante que a cultura de gestão de riscos permeie todos os níveis e departamentos impactados pelo risco de mercado, otimizando o desempenho da empresa e protegendo os clientes e acionistas, além de divulgar à administração, de modo ordenado e estruturado, todos os índices e eventuais propostas relacionadas ao risco de mercado.

Estratégias

Constantemente a área de Riscos Corporativos monitora e avalia o nível de exposição ao risco de mercado e taxa de juros da carteira bancária a mensuração do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária é baseada em abordagens de valor econômico e de resultado de intermediação financeira através das abordagens e instrumentos relacionados abaixo:

- Abordagem do Valor Econômico:
 - Cálculo do RBAN (*Risco da Carteira – “Banking”*);

- Abordagem de Resultado de Intermediação Financeira (cálculo do NII – *Net Interest Income*)
 - Descasamento;
 - Backtesting;
- Teste de estresse.

As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura e estratégia.

O EVE consiste em uma avaliação do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição, e representa a diferença entre o valor de mercado (MTM) dos ativos e passivos avaliados pelas taxas de mercado do dia, em relação ao valor presente (MTM) dos mesmos ativos e passivos avaliados por uma taxa de mercado estressada por um “choque” paralelo, o qual é definido com base no histórico de variações de taxas de juros dentro de um determinado intervalo de confiança.

Já o NII tem cálculo que representa a diferença entre o valor presente dos ativos e passivos pós-fixados, calculados pelas taxas de mercado do dia (MTM), em relação ao valor presente dos mesmos ativos e passivos (pós-fixados), avaliados por uma taxa de mercado estressada por um “choque” paralelo, o qual é definido da mesma forma que o utilizado para cálculo do EVE.

A inclusão da abordagem de resultado de intermediação financeira (NII) na apuração da Rban se deu durante o exercício de 2022.

Comunicação e informação de Riscos

O risco de mercado é acompanhado pela área de Riscos Corporativos e trimestralmente são convocadas reuniões do Comitê de Risco, onde o monitoramento é apresentado para a alta administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente. São fornecidas ainda informações ao regulador conforme legislação vigente.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Risco

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de mercado e suas diretrizes;
- Decidir sobre alterações na estratégia e política de risco de mercado, em função do cenário interno/externo;
- Definir a classificação das exposições do Banco GM S.A. entre Carteira não Negociável (Banking) e Carteira de Negociação;
- Deliberar sobre alçadas, limites e indicadores de monitoramento;
- Acompanhar e analisar os indicadores e resultados referentes aos ativos e passivos expostos ao risco de mercado;
- Avaliar o risco de mercado de novos produtos;
- Receber informação sobre os assuntos relevantes de risco de mercado que devem conhecer e decidir: novos produtos, alterações relevantes; e
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

21.5. Risco de liquidez

De acordo com a Resolução 4.557/17 do CMN, Risco de Liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade da instituição não conseguir negociar, a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A política relacionada ao risco de liquidez tem por objetivos identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de liquidez. Esta estrutura prevê através deste documento, estratégias, limites e procedimentos além de estabelecer as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco, contemplando os seguintes aspectos:

- Papéis e responsabilidades;
- Fontes de financiamento autorizadas;
- Regras de gerenciamento do caixa;
- Limites operacionais;
- Análise dos descasamentos entre ativos e passivos;
- Plano de contingência;
- Monitoramento; e
- Teste de estresse.

As políticas são revisadas anualmente, porém revisões extraordinárias poderão ser demandadas em decorrência de indicadores da carteira de crédito, estratégia comercial e operacional.

Estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez

O controle de risco de liquidez é realizado pela área de Riscos Corporativos, a qual atua de forma independente das áreas de negócio. Para assegurar a adequada gestão, foi estabelecido pelo o Comitê de Risco, o qual é responsável pela definição dos critérios e limites operacionais para controle de liquidez, de forma que estes se mantenham em níveis adequados ao nível de risco aceitado pela Organização.

Estratégias

A Chevrolet Serviços Financeiros mantém um nível de liquidez adequado para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco. A gestão de liquidez é responsabilidade da Tesouraria, e a área de Riscos Corporativos realiza um monitoramento independente das áreas de negócio.

Comunicação e informação de Risco

Diariamente são reportadas informações relativas à liquidez da Organização. Dentre outros indicadores, o reporte diário contém o limite operacional de volume de caixa, as projeções do fluxo de ativos e passivos para os próximos 90 dias e o volume médio de caixa.

As informações deste reporte são consolidadas e monitoradas pela área de Riscos Corporativos.

Trimestralmente são convocadas reuniões do Comitê de Risco, no qual o monitoramento é apresentado para a Alta

Administração. Caso haja necessidade, estas reuniões podem ser realizadas extraordinariamente.

Monitoramento Contínuo

Comitê de Risco:

- Monitorar as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco de liquidez e suas diretrizes;
- Deliberar sobre critérios, ferramentas e limites operacionais para controle de liquidez;
- Revisar planos de funding de médio e longo prazo;
- Monitorar estratégia de liquidez e estrutura ótima para nortear a gestão e risco de liquidez;
- Revisar, no mínimo anualmente, o processo de gerenciamento de ativos e passivos, técnicas e ferramentas para identificar áreas de melhoria;
- Discutir sobre os assuntos que possam trazer impacto sobre os níveis de liquidez, tais como criação de novos produtos e mudanças nas diretrizes da Organização; e
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Tesouraria

- Assegurar o cumprimento da política de liquidez estabelecida pelo Comitê Executivo;
- Administrar o fluxo de caixa conforme a estratégia da instituição quanto à previsibilidade dos desembolsos financeiros, capacidade de funding e gestão dos descasamentos entre ativos e passivos.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

De acordo com a Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Na Chevrolet Serviços Financeiros o processo de Gerenciamento de Capital é realizado de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. Tem por objetivo principal proporcionar condições para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, de forma coerente com regulamentação em vigor. Os requerimentos mínimos de capital seguem o conjunto de normativos divulgados pelo Bacen, os quais implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital definidos pelo Acordo de Basileia III.

Visando o adequado processo de gestão, a Chevrolet Serviços Financeiros utiliza as práticas mais aceitas pelo mercado.

Periodicamente são realizadas avaliações de suficiência de capital, planos de capital, testes de estresse, e são avaliadas ações de contingência a serem aplicadas em um cenário de volume de capital desfavorável, os quais são constantemente divulgados à Alta Administração.

Políticas de Gestão de Capital

A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê de Risco e abrange os seguintes pontos:

- Papéis e responsabilidades;

- Métricas da gestão de capital;
- Regras de cálculo do capital;
- Teste de estresse;
- Limites operacionais;
- Planos de contingência; e
- Controle e monitoramento contínuo.

Estratégia

Manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada pela Chevrolet Serviços Financeiros, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local (10,50%), e que ao mesmo tempo não seja excessivo, comprometendo os resultados do negócio.

Comunicação e Informação de Riscos

O nível de Capital é acompanhado pela área de Riscos Corporativos, e trimestralmente (ou extraordinariamente) são convocadas reuniões do Comitê de Risco, onde o monitoramento é reportado à Alta Administração. As informações ao regulador são fornecidas conforme legislação vigente.

Sistemas de Mensuração

O capital é monitorado através de relatórios mensais onde são detalhados o PR, RWA e seus componentes, o Índice de Basileia e a Rban (parcela de capital requerida para operações com risco de mercado não classificadas na carteira de negociação). São realizadas também projeções futuras com o objetivo de avaliar a necessidade de capital.

Monitoramento Contínuo

Para assegurar adequada gestão de capital foi estabelecido o Comitê de Risco.

Principais Competências:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Chevrolet Serviços Financeiros;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Chevrolet Serviços Financeiros.
- Garantir uma estrutura de gerenciamento de capital que deve prever, no mínimo:
 - Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido - PRE;
 - Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital claramente documentadas, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
 - Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
 - Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
 - Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital.
- O plano de capital deve ser consistente com o planejamento estratégico e prever, no mínimo:
 - Metas e projeções de capital;
 - Principais fontes de capital da instituição;
 - Plano de contingência de capital.
- Caso necessário, estabelecer planos de ações e acompanhamento.

Composição do Capital

Conforme a Resolução 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – (“BACEN”), devem manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução nº 4.955/21 do Conselho Monetário Nacional, compatível com os riscos de suas atividades. Desta forma, a Chevrolet Serviços Financeiros apura o PR através do somatório do Capital Nível I e Capital Nível II, onde o Nível I é composto pelo Capital Principal (Capital Social, Reservas, Lucros Retidos, deduzidos os Ajustes Prudenciais) e pelo Capital Complementar; e Nível II é composto por instrumentos elegíveis (dívidas subordinadas) e está sujeito a limitações prudenciais.

O Comitê de Risco revisará e aprovará esses limites anualmente ou tempestivamente quando houver mudanças significativas na legislação.

Comitê de Riscos

O Comitê de Risco revisará e aprovará esses limites anualmente ou tempestivamente quando houver mudanças significativas na legislação

Políticas, estratégias e mensuração

Para fins de cálculo e alocação de capital regulatório mínimo, o Banco e a GMAC Administradora de Consórcio Ltda., tratados neste documento como GM, adotam a abordagem Padronizada (Resolução CMN 4.958/21) tendo como métrica de acompanhamento o cálculo do Patrimônio de Referência (PR).

Além do monitoramento do PR, de acordo com política global de planejamento e gestão de capital, deverá levar em consideração em suas tomadas de decisões fatores que incluem:

- Níveis, tendências e comparações do capital em relação a ativos ponderados pelo risco, riscos correntes e previstos, e outros fatores estratégicos;
- O montante de Capital Regulatório (PR) necessário para cobrir perdas inesperadas decorrentes de todos os riscos relevantes; e
- Classificação das Agências de Rating.

21.6. Risco Legal

A área Jurídica da Chevrolet Serviços Financeiros avalia os riscos legais envolvidos nas operações e produtos da instituição, mediante consultoria prestada às áreas operacionais e de negócios, bem como através da avaliação específica quando da análise de novos produtos. Adicionalmente analisa todos os contratos com fornecedores e prestadores de serviços firmados pela instituição (nacionais e internacionais), assegurando a mitigação de riscos decorrentes de inadequação de cláusulas contratuais, bem como as práticas comerciais da Chevrolet Serviços Financeiros e identifica o que poderia dar errado a partir de uma perspectiva jurídica, julgando o nível do risco incorrido (com avaliação de doutrina e julgados mais recentes), buscando e apontando alternativas. O cumprimento de leis, regulamentações, acordos e preceitos éticos são avaliados continuamente dentro do trabalho desenvolvido. O adequado gerenciamento das ações contrárias à instituição, com o controle do contingenciamento decorrente das mesmas, é também uma forma de mitigação de riscos legais. Por fim, a área Jurídica acompanha a edição de quaisquer leis e normas que impliquem impacto aos produtos e à atuação da instituição, prestando orientação às áreas de negócio para sua adequada implementação.

21.7. Risco Socioambiental

A Área de Controles Internos é responsável pela Política de Responsabilidade Socioambiental, bem como pelo acompanhamento e disseminação da cultura de controle de riscos e iniciativas socioambientais. A matéria possui política própria e documento devidamente publicado no site na instituição. A sua redação, conceitos e premissas são revisadas e aprovadas pela Administração anualmente.

Durante o ano de 2022, a matéria também foi abordada nos trabalhos de autoavaliação de riscos nos processos de toda organização, aproveitando a análise pontual de rotinas e controles e os impactos socioambientais potenciais.

Ressaltamos que dentre os produtos operados pela Chevrolet Serviços Financeiros e as oportunidades de iniciativas socioambientais, consideramos importante destacar que as operações de crédito são negadas se o cliente contiver anotações em listas restritivas por condenação em crime de trabalho escravo e condições análogas. O mesmo acontece para análise de novos colaboradores e fornecedores, ocasião em que o relacionamento não se concretiza. Uma base de dados de relacionamentos negados é arquivada para controle.

Estabelecemos também uma idade máxima para o financiamento de veículos usados, garantindo o respeito às normas ambientais vigentes e incentivando o consumo de veículos menos poluidores.

E quanto às garantias imobiliárias no processo de aceitação de imóveis como garantia de operações de crédito atacado junto aos concessionários da Rede Chevrolet foi incluído em procedimento, a obrigatoriedade de análise imobiliária para fins de avaliação por empresa especializada, a qual deve necessariamente incluir a análise de risco socioambiental em suas conclusões. Em caso de qualquer indício de risco ambiental, o imóvel não é aceito como garantia.

Em tarefa contínua, a disseminação da cultura de gerenciamento de risco, ocorre com a divulgação de comunicados, atividades sociais, palestras internas, além da ampla divulgação da política.

Importante ressaltar que dado o porte do conglomerado e a baixa complexidade de nossos produtos financeiros, a proporcionalidade das medidas de governança é considerada pela alta Administração como adequadas e suficientes.

21.8. Limites Operacionais

O Banco possui estrutura de gerenciamento de capital, que visa manter permanentemente o valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

De acordo com a Resolução CMN 4958/21 as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – (“BACEN”), devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades. Existe ainda a parcela Rban, que se refere à exposição de risco de taxa de juros da carteira Banking. Atualmente são utilizadas as metodologias de EVE, NII e Ganhos e Perdas embutidos para apuração do valor desta parcela.

No Brasil, o índice de Basileia estabelecido pelo Banco Central do Brasil – (“BACEN”) para a abordagem padronizada é de 10,50%. Como prática de boa governança o Comitê de Riscos, órgão responsável pela gestão de capital local da GM, estabeleceu um nível mínimo de gestão de % de índice de Basileia, garantindo uma posição confortável diante dos reguladores, agências de rating sem comprometer o retorno sobre o capital. Caso o índice esteja abaixo de % o Comitê avaliará as tendências/previsões futuras e definirá planos de contingência caso necessário.

Para o Índice de Imobilização, a Chevrolet Serviços Financeiros controla a proporção de ativos imobilizados presentes em seu balanço, de forma que o mesmo se mantenha inferior a 50% do Patrimônio de Referência, conforme limite máximo estabelecido pelo Banco Central do Brasil – (“BACEN”).

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco GM S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco GM S.A. (“Banco”) e controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco GM S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Empréstimos e Recebíveis e provisão para perdas sobre créditos (*impairment*)

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas sobre risco de crédito (*impairment*). Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2022 o saldo bruto de empréstimos e recebíveis era de R\$ 8.163.518 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de R\$ 237.128 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de empréstimos e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do país e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação a classificação dos créditos nos estágios previstos na norma contábil aplicável para a avaliação de nível de provisionamento, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com os empréstimos e recebíveis; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de empréstimos e recebíveis considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) a mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão de perda com risco de crédito, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os empréstimos e recebíveis e provisão para perdas sobre créditos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 16, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão para contingências prováveis era de R\$ 874.523 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2022 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analizamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O